

MONITORIA ACADÊMICA DE POLÍTICAS PÚBLICAS: GÊNERO, RAÇA E GERAÇÃO: APRENDIZADOS EM UMA PRÁTICA DOCENTE

Maria Damiana De Oliveira Alexandre¹
Pedro Rosas Magrini²

RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo elencar as atividades desenvolvidas pela monitora no âmbito da disciplina Políticas Públicas: Gênero, Raça e Geração e as principais dificuldades encontradas nesse percurso. As atividades desenvolvidas foram referentes ao auxílio dado ao docente no planejamento e acompanhamento das aulas ministradas, discussão com as/os discentes em grupos de estudo e em forma de fórum na plataforma SIGAA. Dentre as dificuldades encontradas destacam-se a baixa participação das/os estudantes nas atividades e a limitação de não encontrar um horário flexível que permitisse a participação de todas/os as/os interessadas/os. Não obstante esses entraves, os resultados foram exitosos: as/os discentes conseguiram internalizar os principais conceitos da disciplina, além de ampliarem sua capacidade de pensar acerca da realidade que os cerca. Apesar das limitações, o Programa Bolsa Monitoria atendeu seu objetivo de despertar o interesse pela carreira acadêmica e docente, além de acrescentar valores críticos na formação pessoal das/os envolvidas/os e consequentemente levá-las/os a serem melhores cidadãs/ãos.

Palavras-chave: Monitoria acadêmica Administração pública Políticas públicas identitárias .

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Instituto de Ciências Sociais Aplicadas, Discente,
damyanaalexandre@gmail.com¹
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Instituto de Ciências Sociais Aplicadas, Docente,
pedromagrini@unilab.edu.br²



INTRODUÇÃO

Na formação acadêmica é muito comum os estudantes encontrarem dificuldades relacionadas não somente com a adaptação ao ambiente universitário, mas principalmente com o conteúdo das disciplinas ofertadas nas grades curriculares. Assim sendo, é de suma importância que os acadêmicos tenham um acompanhamento durante a realização de seus trabalhos por pessoas que já passaram pela disciplina, que por se encontrarem também na condição de discentes, saibam identificar as dificuldades dos seus colegas mais facilmente e assim ajudá-los de maneira mais eficaz a compreender e aprofundar os conhecimentos transmitidos pelos professores em sala de aula. O presente trabalho tem por objetivo elencar as atividades desenvolvidas pela monitora no âmbito da disciplina Políticas Públicas: Gênero, Raça e Geração e as principais dificuldades encontradas nesse percurso. Ele pode servir de base para futuros monitores que desejem saber acerca de experiências passadas e como podem melhorá-las a fim de possibilitar aos alunos o maior rendimento possível.

O Programa Bolsa Monitoria auxilia no entrosamento entre os discentes, possibilitando que os alunos que fazem as disciplinas-objeto do Programa tenham um acompanhamento mais eficiente e despertando no/a aluno/a monitor/a o interesse pela docência, além de agregar valor ao seu currículo ao evidenciar que ele realizou atividades além daquelas previstas nas disciplinas. Auxilia ainda na formação pessoal do monitor à medida em que ele precisa lidar com os diferentes ritmos de aprendizagem e as diversas personalidades dos que fazem as disciplinas. Ademais, muitos estudantes não têm condições financeiras para continuar na Universidade, por serem, em sua maioria, de baixa renda e morarem em localidades distintas daquelas onde a Universidade está sediada, não podendo arcar com os custos de deslocamento ou habitação, alimentação, dentre outros. E quando remunerada, a Bolsa Monitoria auxilia na permanência desses estudantes, fazendo com que não desistam do curso em que estão matriculados.

METODOLOGIA

As atividades desenvolvidas foram o auxílio dado ao docente no planejamento das aulas, objetivando discutir a organização do trabalho pedagógico, e o acompanhamento das aulas para auxiliá-lo a identificar as dificuldades dos alunos referentes ao conteúdo ministrado e à metodologia de ensino adotada. A partir daí, tinha-se uma base sobre os principais pontos que deveriam ser abordados nos grupos de estudo realizados uma vez por semana. Também era elaborado material didático complementar sob a supervisão do professor. Pode-se destacar ainda o fórum realizado no Sistema Integrado de Atividades Acadêmicas (SIGAA), que tinha como objetivo resumir os principais conceitos apresentados em sala de aula para facilitar sua compreensão e fazer com que os alunos refletissem, a fim de se ter um maior aprofundamento do conteúdo ao pedir para que fizessem uma interligação destes conceitos com situações cotidianas vivenciadas por eles próprios ou por outras pessoas.

Previamente, lia-se os textos que seriam discutidos nas aulas e destacava-se suas ideias principais, de modo a obter mais conhecimento para ser repassado aos demais estudantes. Essas ideias, bem como os dados fornecidos por outras fontes, serviram de base para a construção do trabalho final da monitoria onde foi realizado uma linha do tempo com os principais documentos que fomentam e dão suporte às políticas públicas voltadas para os temas trabalhados na disciplina, a saber: Direitos Humanos, Raça/Etnia, Gênero, Sexualidades, Geração e Deficiência. Como referência bibliográfica destas temáticas foram utilizados os seguintes textos: DALLARI (2008); PIOVESAN (2008); SEGATO (2004); LACERDA, FEITOSA (2015); SCOTT



et al. (2010); MELLO, BRITO, MAROJA (2012); MOTTA (2010); SANTOS et al. (2012). É importante destacar que essa linha do tempo não foi construída somente pela autora deste trabalho, mas em conjunto com a outra monitora da disciplina.

Tomando como exemplo um dos temas trabalhados na disciplina, violência de gênero, podemos citar RODRIGUES (2019) que faz um estudo acerca das normas de proteção à mulher contra a violência baseada no gênero presentes nos países da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP). Analisando essa pesquisa é possível perceber que dos nove países-membro (Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné Bissau, Guiné Equatorial, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe, Timor Leste), apenas o Brasil assinou as três principais normas internacionais do Direito da Mulher: Convenção Sobre Direitos Políticos da Mulher, Convenção Sobre a Nacionalidade da Mulher Casada, Convenção Sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres. Tal fato evidencia uma desproteção à esse grupo em níveis mais abrangentes. Ainda dentro da comunidade, Guiné Equatorial é o único país que até o presente momento não possui leis locais ou medidas governamentais de proteção às mulheres contra a violência. Diante disso, podemos perceber que nem todos os países da CPLP estão agindo de forma efetiva no combate à violência de gênero, precisando criar mecanismos que deem suporte às ações já adotadas para que não sejam descontinuadas e buscando cada vez mais integrar as mulheres à sociedade, protegendo-as de todas as formas de opressão à que estão submetidas.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A principal dificuldade encontrada no desenvolvimento das atividades foi a baixa participação dos alunos, que não nos procuravam para que pudéssemos orientá-los nos grupos de estudo. Ao mesmo tempo, era difícil encontrar um horário acessível para todos que tinham interesse. Esta última pôde ser sanada com a utilização do fórum no SIGAA para tirar dúvidas e também com a disponibilização de canais digitais para que nos contactassem no tempo livre. Pode-se destacar ainda a dificuldade na reserva de sala de aula no dia destinado para os grupos de estudo a fim de que os estudantes fossem mais bem acolhidos.

Não obstante esses entraves, os resultados foram exitosos: os alunos conseguiram internalizar os principais conceitos da disciplina, além de ampliarem sua capacidade de pensar acerca da realidade que os cerca. Dessa maneira, se tornarão melhores cidadãos/ãos e excelentes profissionais, respeitando o diferente e aprendendo a se comunicar com outras culturas que não aquelas com que estão acostumados. A experiência de ser monitora, por sua vez, mostrou que nem todos têm o mesmo ritmo de aprendizagem e por isso é preciso respeitar a maneira de ser de cada um, utilizando técnicas equitativas de ensino que permita a todos os estudantes apropriarem-se do conteúdo das aulas.

CONCLUSÕES

Diante dos fatos mencionados, é perceptível como o Programa Bolsa Monitoria contribui para a formação tanto dos monitores quanto dos estudantes das disciplinas em que os primeiros atuam. É muito importante a disponibilidade de instrumentos pedagógicos que auxiliem os monitores a serem mais eficazes e explorem mais eficientemente o potencial criativo dos discentes. Desenvolver mecanismos que os ajudem a conseguirem uma sala de aula mais facilmente também é imprescindível para o bom andamento das atividades. Apesar das limitações, o Programa Bolsa Monitoria realmente atendeu seu objetivo de despertar o



interesse pela carreira acadêmica e docente, além de acrescentar valores na formação pessoal das/os envolvidas/os e conseqüentemente levá-las/os a serem melhores cidadãs/ãos.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à Pró-reitoria de Graduação (Prograd) por desenvolver ações como o Programa Bolsa Monitoria, pois elas ampliam a compreensão dos discentes acerca do curso à medida em que os inserem no processo educativo na perspectiva dos docentes. Sou grata também ao professor-orientador Pedro Rosas Magrini por me conceder a oportunidade de ter sido monitora da disciplina Políticas Públicas: Raça, Gênero e Geração. Foi uma experiência muito proveitosa que certamente contribuiu não só para minha formação acadêmica, mas também pessoal, despertando meu espírito de liderança e cooperação.

REFERÊNCIAS

DALLARI, Dalmo de Abreu. Direitos humanos: sessenta anos de conquistas. Revista Direitos Humanos, v. 1, n. 1, 2008.

LACERDA, Rosane Freire; FEITOSA, Saulo Ferreira. Bem viver: projeto u-tópico e de-colonial. Interterritórios, v. 1, n. 1, 2015.

MELLO, Luiz; BRITO, Walderes; MAROJA, Daniela. Políticas públicas para a população LGBT no Brasil: notas sobre alcances e possibilidades. Cadernos pagu, n. 39, p. 403-429, 2012.

MOTTA, Alda Britto da. A atualidade do conceito de gerações na pesquisa sobre o envelhecimento. Sociedade e estado, v. 25, n. 2, p. 225-250, 2010.

PIOVESAN, Flávia. Ações afirmativas no Brasil: desafios e perspectivas. Revista Estudos Feministas, v. 16, n. 3, p. 887-896, 2008.

RODRIGUES, Bianca Amaral. Normas de proteção à mulher contra a violência baseada no gênero, nos países-membro da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa: Um estudo Comparado. SEMESP, 19º Congresso Nacional de Iniciação Científica, 2019.

SANTOS, Talianne Rodrigues et al. Políticas públicas direcionadas às pessoas com deficiência: uma reflexão crítica. Revista Ágora, n. 15, 2012.

SCOTT, Parry; RODRIGUES, Ana Cláudia; SARAIVA, Jeiza das C. Onde mal se ouvem os gritos de socorro: notas sobre a violência contra a mulher em contextos rurais. Gênero e geração em contextos rurais. Ilha de Santa Catarina: Ed. Mulheres, p. 65-95, 2010.

SEGATO, Rita Laura. Por que reagimos às cotas para negros?. O público e o privado, v. 2, n. 3 jan. jun, p. 61-81, 2004.

